

A história do nome do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba*

Story of the Name of Restinga Jurubatiba National Park

Arthur Soffiati**

Resumo

Este texto resgata a concepção do nome da Unidade de Conservação de proteção integral que abriga a área de restinga em melhor estado de preservação no mundo: O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. O autor, responsável pela proposição do nome, discorre nesse texto acerca das opções possíveis quando da época da criação do PARNA Jurubatiba, além de fazer um breve relato sobre a importância ecossistêmica da região.

Palavras-chave: Jurubatiba. Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Abstract

This text recovers the story of an Integral Protection Conservation Unit situated in Rio de Janeiro, Brazil: The Jurubatiba Shoal National Park (Restinga de Jurubatiba National Park), the best preserved shoal area in the world. Responsible for proposing the park's name, the author discourses about name options taken into consideration when the National Park was created and also briefly reports on the importance of this regional ecosystem.

Key words: Jurubatiba. Restinga ecosystem. Restinga de Jurubatiba National Park. Integral Protection Conservation Unit creation.

José Augusto Drummond diz que os parques nacionais no Estado do Rio de Janeiro padecem de redundância ecossistêmica,

*Este artigo foi escrito antes da criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba para ajudar na escolha de seu nome. Pequenas observações foram acrescentadas, posteriormente, no seu final.

** Professor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

pois todos eles são litorâneos e teoricamente protegem amostras de floresta ombrófila densa¹ atlântica (DRUMMOND, 1997). Se entendermos que o adjetivo litorâneos designa a região que se estende da costa oceânica à Serra da Mantiqueira, passando pela Serra do Mar, de fato, os Parques Nacionais de Itatiaia, da Serra dos Órgãos, da Tijuca e da Bocaina são litorâneos. Se, por outro lado, considerarmos que apenas a Serra do Mar se situa em área litorânea, o Parque Nacional de Itatiaia estaria excluído de tal redundância. Se, por fim, admitirmos que litorâneo é sinônimo de costeiro, o Estado do Rio de Janeiro não contaria com nenhuma unidade de conservação, na figura de Parque Nacional, a defender ecossistemas costeiros, os primeiros e mais agredidos pelas antropossociedades européias instaladas no território que resultaria na unidade da federação denominada Estado do Rio de Janeiro. Com efeito, tanto a antropossociedade construtora de sambaquis quanto os povos nativos que lhe sucederam, quanto ainda os europeus, instalaram-se primeiramente na planície costeira para, só posteriormente, galgar a serra, como bem demonstra José Augusto Drummond (DRUMMOND, 1997). Nesse caso, os quatro Parques Nacionais no Estado do Rio de Janeiro tentam proteger amostras remanescentes de floresta ombrófila densa atlântica, com exceção, talvez, do Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro a ser criado no Brasil, que também procura defender uma amostra de campo de altitude e matas estacionais.

Há vários outros tipos de unidades de conservação nacional, estaduais e municí-

O que é um Parque Nacional?

É uma das categorias de unidades de conservação (termo que designa as áreas protegidas) existentes no Brasil. Tem como objetivo proteger os recursos naturais e culturais de uma área, preservando fauna, flora, sítios arqueológicos, além de proporcionar oportunidades para visitação pública, lazer, pesquisa e educação ambiental. Sua administração está sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão aliado ao Ministério do Meio Ambiente. Destinado ao uso comum do povo, cabe ao Ibama manter a integridade dos Ecossistemas, conservando-os para o usufruto da sociedade, que, por sua vez, não deve alterá-los.

Fonte: Disponível em: <<http://www.namastenatureza.com.br/po/parques/oque.htm>>. Acesso em: 6 out. 2009. (Adaptado)

pais criadas no Estado do Rio de Janeiro, com o fim de proteger ecossistemas costeiros. Nenhum, porém, com o estatuto de Parque Nacional e nenhum efetivamente implantado e funcionando normalmente, como nota-se nos quatro parques nacionais.

As pesquisas efetuadas por uma equipe de cientistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenada pelo Professor Francisco de Assis Esteves, vêm justificar

sobejamente a importância de se criar um Parque Nacional verdadeiramente costeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para proteger tanto um conjunto de lagunas quanto de formações herbáceas, arbustivas e arbóreas de restinga, num dos trechos que menos intervenções antrópicas sofreu em todo território estadual. Trata-se da segunda mais extensa faixa de restinga do Estado do Rio de Janeiro, situada entre o rio Macaé e a Barra do Furado, atravessando os municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã. A maior faixa de restinga do Estado situa-se também na região norte, estendendo-se do Cabo de São Tomé à Praia de Manguinhos. Nela, porém, as incisões antrópicas revelam-se mais profundas.

A implantação do novo Parque Nacional, como acontece com a implantação de qualquer unidade de conservação, enfrenta problemas: o levantamento dos ecossistemas ou de frações deles que se mostram mais representativas e protegidas, a questão fundiária, as influências antrópicas e o nome de batismo. Com relação ao novo Parque Nacional, a equipe de pesquisadores trabalhou com afinco e competência no que diz respeito à seleção dos ecossistemas a serem protegidos e ao levantamento fundiário, conseguindo convencer os empresários rurais, as lideranças políticas e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) quanto a sua relevância. Avançou-se, inclusive, no que concerne ao zoneamento do Parque, por meio do esboço de um Plano de Manejo, instrumento costumeiramente deixado para mais tarde ou que nunca é formulado.

As pessoas e as instituições envolvidas na criação da unidade, contudo, enfrentaram uma dificuldade: que nome dar ao Parque? Como ele atravessa o território de três municípios, o nome de nenhum dos três deveria ser adotado, sob pena de os outros dois se sentirem preteridos. Assim, ficaram excluídas as alternativas de Parque Nacional de Macaé, Parque Nacional de Carapebus e Parque Nacional de Quissamã. Na busca de uma denominação mais neutra e geral, aventaram-se as seguintes propostas:

Parque Nacional da Restinga dos Goytacazes

O nome soa bastante apropriado, porquanto os goitacás formavam um grupo cultural de origem macro-jê, encravado num contexto tupi circundante, cujo território se estendia de Cabo Frio ao Rio Paraíba do Sul, pelos menos. Em 1818, o grande naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire informou que os campos dos goitacás consistem numa "imensa planície que se estende do mar às montanhas entre o Paraíba e o Rio Macaé ou mesmo o Rio São João", argumento mais do que suficiente para que o Parque Nacional se denominasse dos Goytacazes ou, como seria mais correto, dos Goitacás, não fossem os cantonalismos municipais (SAINT-HILAIRE, 1974). Assim, tal grupo habitava a faixa de restinga onde se criou o novo Parque Nacional. Sucede, porém, que o município de Campos, o maior da região e do Estado, voltou a usar o arcaico nome com que foi batiza-

do ao ser elevado à condição de cidade, em 1835: Campos dos Goytacazes. Deste modo, explica-se, embora não se justifique, a resistência à denominação Parque Nacional dos Goytacazes. De mais a mais, mesmo antes de retomar-se o nome oficial de Campos dos Goytacazes, o município de Campos vinha, de longa data, sendo considerado a terra da nação goitacá. Ainda que ele volte a se chamar apenas Campos, a sombra dos índios goitacás continuaria pairando sobre sua cabeça e constituir-se-ia num óbice à implantação de um Parque Nacional dos Goitacás.

Parque Nacional da Restinga do Norte Fluminense

O nome para a nova unidade de proteção não seria adequado porque existem dois grandes sistemas de restinga no norte fluminense: o sistema sul, como já foi dito, estende-se de Macaé a Barra do Furado e o sistema norte começa acima do Cabo de São Tomé e termina nas imediações da praia de Manguinhos. Sendo assim, a qual sistema se referiria o Parque?

Parque Nacional da Restinga dos Tapuias

Esta designação, além de imprópria, revela-se equivocada. Comumente se pensa que os tapuias constituíam uma nação indígena. Se, verdadeiramente, esta palavra servisse para nomear um grupo indígena, este grupo não habitou a área em que se pretende implantar o Parque Nacional. A realidade, contudo, é que tapuia se trata de uma palavra usada pelos povos de fala tupi para indicar povos por eles considerados bárbaros e incultos. Os portugueses acabaram por se apropriar da expressão para nomear todos os povos indígenas do Brasil. Assim, a palavra apresenta uma forte carga preconceituosa.

Parque Nacional da Planície ou da Baixada Fluminense

Qualquer uma das duas opções mostrar-se-ia mais vaga que Parque Nacional da Restinga Norte Fluminense, visto que a baixada ou a planície fluminense constitui-se de todas as áreas baixas entre o norte e o sul do Estado, quer formadas por aluviões quer por sedimentos de origem marinha.

No intuito de superar os localismos, empreendi uma pequena investigação para encontrar uma palavra mais geral e, ao mesmo tempo, mais vinculada à região do novo Parque Nacional. O documento mais antigo que encontrei a nos fornecer algumas informações vem a ser o controvertido "Roteiro dos Sete Capitães" (IHGB, 1894). Controvertido porque a crítica positivista de José Vieira Fazenda descobriu nele incongruências de datas e de fatos minuciosamente discutidas (FAZENDA, 1909). Bem examinada a configuração ecológica descrita no "Roteiro", nota-se, porém, que ela corresponde à região compreendida entre os rios dos Bagres (atual Macaé) e Iguaçu (atual lagoa do Açú).

Embora datado de 1661, o documento reporta-se ao período de 1632 a 1634, quando os setes fidalgos empreenderam três incursões às sesmarias que requereram à Coroa Portuguesa na abandonada e devolvida capitania de São Tomé. Em 1633, na segunda viagem, feita a pé e em montaria, os fidalgos foram batizando os acidentes geográficos. Conquanto os nomes pareçam ser escolhidos aleatoriamente por eles, tudo indica que os acidentes geográficos já haviam sido nomeados pelos povos indígenas de origem tupi, cabendo aos fidalgos ratificá-los ou renomeá-los.

Um nome que nos chama a atenção é o lago denominado de Jagabra de Santo Amaro, nas proximidades de outro lago que os capitães batizaram de Fedorento, "[,,] em razão de uma fedentina que saía do dito lago, que estava a secar e tinha pelas suas margens peixes mortos, que eram a origem da dita fedentina [...]" O primeiro lago figura com o nome de Jagroaba na Carta Topográfica feita pelo Sargento-Mor Manoel Vieira Leão, em 1767 (LEÃO, 1767). Manoel Martins do Couto Reis registra-o em 1785 com o nome de Jagoroaba e explica, no relatório anexo, que:

Divide-se todo o Distrito dos Campos em três sortes de terreno, todas diferentes por suas qualidades, situação e fecundidade. Os dois primeiros são baixos, planos e quase no nível do mar: um destes mais ameno por suas vistosas campinas, divididas por pequenos bosques, rios e pantanais, de cujas separações lhes resultam outros tantos nomes, como campos de Macaé, de Juribatiba, de Carapebus, dos Sabões, de Jagoroaba, da Boavista, de Santo Amaro, dos Algodões, Campo Limpo, Campos de Taí etc (COUTO REIS, 1785).

Dos vocábulo apontados por Couto Reis, de bom alvitre é excluir Macaé e Carapebus por nomearem já municípios. Embora o campo dos Sabões, uma alusão à planta batizada pelos portugueses de sabonete, ficasse situado na área do parque, parece aconselhável empregar um étimo indígena para homenagear os povos que habitavam a região antes da chegada dos europeus. Os campos de Boavista, Santo Amaro, Algodões, Limpo e do Taí localizam-se em áreas fora da que abrange o parque. Restam-nos, assim, Juribatiba e Jagoroaba.

Continuando o exame, José Carneiro da Silva fala nas campinas de Geribatiba e de Jagroaba ou Ubatuba, levando-nos a entender porque o campo e a lagoa de Jagoroaba passam a ser conhecidos pelo nome de Ubatuba, como abaixo se verá (SILVA, 1819). Grande plagiador dele, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, nos anos 20 do século XIX, também menciona as campinas de Jerubatiba ou Geribatiba e de Jagoroaba ou Ubatuba (PIZARRO; ARAUJO, 1945). Vivendo em Campos, nos anos 1827 e 1828, o viajante e naturalista autodidata sergipano Antonio Muniz de Souza declara:

No dia 20 com a fresca do crepúsculo matutino, parti dos Olhos d'água atravessando uma vasta planície matizada de mimosa relva, onde

pastava bastante gado, no fim da qual encontra-se uma grande lagoa intitulada Carapebus, e daí por diante vim sempre por terrenos escassos e desertos até Jurubatiba, onde descansei (SOUZA, 1834).

Sem os mencionar, Muniz de Souza atravessou os campos de Jagoroaba e Jurubatiba, rumo a Macaé.

Uma carta topográfica publicada pelo Visconde de Villiers de L'Île Adam, cerca de 1846, denomina Campo de Jaguaraba toda a planície de restinga entre a lagoa de Carapebus e Barra do Furado (ADAM, 1846). Por sua vez, Pedro d'Ancatará Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer mencionam as lagoas de Jaguaroaba e de Jurubatiba (BELLEGARDE, 1865). A primeira, ao sul da lagoa da Ribeira, no século XIX um braço da lagoa Feia por estar ligada a esta em caráter permanente, parece corresponder à atual lagoa Preta. A segunda corresponde à atual lagoa de Cabiúnas.

Já Marcelino Ramos da Silva, que chefiou a Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro na passagem do século XIX para XX e dedicou-se particularmente ao sul da Lagoa Feia, onde idealizou e executou o malogrado canal de Jagoroaba com o fim de defluir as águas da Lagoa Feia para o mar, chama de Jagoroaba a lagoa que parece corresponder, atualmente, às lagoas interligadas de Ubatuba e da Casa Velha (SILVA, 1898). Com efeito, o levantamento cartográfico publicado pelo IBGE em 1968 ainda registra os remanescentes do canal de Jagoroaba com o nome de canal de Ubatuba, desembocando na ponta setentrional da lagoa do mesmo nome (IBGE, 1968). Marcelino Ramos da Silva chama de Campos de Jagoroaba a extensão de terra entre as Lagoas de Ubatuba e do Carrilho.

Na *Carta Geológica do Brasil*, folha Lagoa Feia, que acompanha um dos últimos trabalhos célebres de Alberto Ribeiro Lamego, o nome de Jagoroaba também recai sobre as lagoas de Casa Velha e Ubatuba. Desaparece, contudo, o nome dos Campos de Jagoroaba (LAMEGO, 1955). Curiosas são as informações contidas num mapa, articulado em três folhas, que acompanha um relatório, elaborado pela Engenharia Gallioli Ltda para o extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento. À página 6, o relatório esclarece que a base cartográfica para a representação planimétrica foram as fotografias aéreas tomadas em meados de 1955 pela FAB e alguns pontos trigonométricos determinados pelo IBGE. Surpreendentemente, reaparece, nesse mapa, a Lagoa Fedorenta do "Roteiro dos Sete Capitães", correspondendo à atual Lagoa do Pires. A Lagoa Preta recebe o nome de Lagoa do Valão e a Lagoa da Casa Velha-Ubatuba continua denominada de Lagoa de Jagoroaba, tanto quanto o canal projetado e executado por Marcelino Ramos da Silva (GALLIOLI; DNOS, 1969).

Assim, uma primeira opção de nome para o novo Parque Nacional foi o étimo Jagoroaba ou Jaguaroaba, grafia que deve se aproximar mais da pronúncia dela pela

língua tupi. Ele denominava um campo extenso que deveria espalhar-se pelas restingas dos atuais municípios de Carapebus e de Quissamã, além de indicar uma lagoa situada nesta mesma restinga. A vantagem do vocábulo é que ele não se prende a nenhuma unidade político-administrativa, além de não constar mais na cartografia atual. Fazê-lo reviver seria uma forma de homenagear um termo de origem tupi que designou acidentes geográficos ainda hoje existentes. Quanto ao seu significado, qualquer um que se lhe atribua não passará de especulação. Uma leitura possível é vislumbrar na palavra o radical *jaguara*, onça ou cachorro, e *aba*, desinência de alguns verbos, principalmente dos impessoais, ou pelo, pena, pluma. Infelizmente, o atento Couto Reis, que costumava colher o significado das palavras no frescor virginal de sua origem, nenhuma explicação nos fornece sobre esse termo.

A segunda opção é Jurubatiba. Essa palavra é registrada por Couto Reis, que dela nos elucida o sentido em seu relatório de 1785: "Jiribá é uma palmeira ou coqueiro; e tiba significa em abundância; e porque nesse Campo há muitos, lhe chamaram os índios Campos de Jiribatiba, isso é de muitos Coqueiros" (COUTO REIS, 1785). A palavra deriva de *jarybá*, uma espécie de palmeira bastante comum em terrenos de restinga. Daí a praia de Geribá, em Búzios. Mas existe também a expressão *jurebetyba*, significando grande concentração da solanácea *jurebeba*, aportuguesada para jurubeba.

A lagoa de Jerubatiba aparece no mapa traçado por Manoel Vieira Leão, datado de 1767; no mapa desenhado por Couto Reis em 1785, com o nome de Jeribatiba; com o nome de Geritiba, no mapa publicado pelo Visconde J. de Villiers de L'Ile Adam, cerca de 1846; de Jurubatiba, lagoa e localidade, no mapa de Pedro d'Alcantara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer, de 1865.

Entendi, finalizando toda essa argumentação, que tanto Parque Nacional de Jaguaroba (ou Jaguaroaba) quanto Parque Nacional de Jurubatiba constituíam-se em denominações apropriadas para a nova unidade de conservação. Entendo, igualmente, que Parque Nacional da Restinga de Jaguaroba ou de Jurubatiba não está consentâneo com as normas de denominação das unidades de proteção, que não mencionam a formação geológica ou a formação vegetal nativa em que se assentam.

Notas

¹ **Floresta Ombrófila Densa** – Estende-se do Ceará ao Rio Grande do Sul, localizada, principalmente, nas encostas da Serra do Mar, da Serra Geral e em ilhas situadas no litoral entre os estados do Paraná e do Rio de Janeiro. É marcada pelas árvores de copas altas, que formam uma cobertura fechada. Fonte: Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/mata-atlantica/entrando-na-mata/paisagens-da-mata--os-ecossistemas/>>. Acesso em: 6 out. 2009.

Referências

ADAM, Villiers de L'Ile. Carta Topográfica e Administrativa da Província do Rio de Janeiro e do Município Neutro erigida segundo os melhores mapas publicados até agora: apresentando pela primeira vez os novos municípios: S. João, Capivari, Bonito, Saquarema e Estrela, as freguesias que foram criadas pela Assembléia Legislativa até setembro de 1846 e o canal quase acabado de Campos a Macaé. Rio de Janeiro: Litografia Imperial de Vr. Larée, cerca de 1846.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v.3.

BELLEGARDE, Pedro d'Ancatara; NIEMEYER, Conrado Jacob de. Nova Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Litografia Imperial, 1865.

COUTO REIS, Manuel Martins do. Descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacases, que por Ordem do Il.mo. e Ex.mo. Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil se escreveu para servir de explicação ao mapa topográfico do mesmo terreno, que debaixo da dita ordem se levantou. Rio de Janeiro, 1785. Manuscrito original (coleção do autor).

DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: Os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1997.

ENGENHARIA GALLIOLI LTDA; DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO. Baixada Campista (Estado do Rio de Janeiro): saneamento das várzeas nas margens do Rio Paraíba do Sul a Jusante de São Fidélis - estudos e planejamentos das obras complementares. Rio de Janeiro, setembro de 1969.

FAZENDA, José Vieira. I- Roteiro de Maldonado (1661) II - Ilha da Carioca (1570). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXXI, parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1909.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Folha SF-24-M-II-1 (Lagoa Feia). Escala 1:50.000 (1ª edição: 1968).

IHGB. Publicação com o título de Descrição que faz o Capitão Miguel Ayres Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas

vidas, que tiveram nas conquistas da Capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentildade e com os piratas nesta costa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. Geologia das quadrículas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé. In: Boletim nº 154. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral/ Divisão de Geologia e Mineralogia, 1955.

LEÃO, Manoel Vieira. Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro. Feita por ordem do Conde do Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Estado do Brasil, por Manoel Vieira Leão, Sargento-Mor e Governador da fortaleza do Castelo de São Sebastião da cidade do Rio de Janeiro, em 1767.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SILVA, José Carneiro da. Memória topográfica e histórica sobre os Campos dos Goitacases. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

SILVA, Marcelino Ramos da. Lagoa Feia e suas dependências. Escala 1:20.000, trabalhos executados desde novembro de 1894 a março de 1898.

SOUZA, Atonio Muniz de. Viagens e observações de um brasileiro que desejando ser útil à sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes de seus Patrícios, e os três Reinos da natureza em vários lugares e sertões do Brasil. Oferecidas à Nação Brasileira. Rio de Janeiro: Rua de Trás do Hospício, n. 160, 1834.

